



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária no
1º Juizado Especial Federal
Subseção de Volta Redonda**

23 a 27/10/2017



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA	9
5. GESTÃO DE METAS.....	10
5.1. Metas internas	10
5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....	Erro! Indicador não definido.
5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)	10
5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade).....	11
5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação).....	12
5.2.4. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)	12
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	14
6.1. Produção e classificação de sentenças	14
6.2. Acervo concluso	15
6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)	15
6.4. Audiências	15
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO	17
7.1. Acervo da unidade	17
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência	18
7.2.1. Acervo total.....	18
7.2.2. Acervo ativo.....	18
7.2.3. Acervo suspenso.....	19
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	19
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	19
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada.....	20
8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....	20
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO	21
9.1. Balcão de entrada	21
9.2. Processos em segredo de justiça	21



9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR) 22	
9.4. Publicação de atos judiciais.....	23
9.5. Registro de início do cumprimento do julgado	23
9.6. Documentos pendentes de juntada.....	24
9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial	25
9.8. Remessa externa	26
10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA.....	27
11. PROCESSOS SUSPENSOS.....	28
12. RPVs e PRECATÓRIOS	30
13. BENS PENHORADOS	31
14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	32
15. LIVROS E PASTAS	34
16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	35
17. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR	36
18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	36
19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	38
20. ENCERRAMENTO	39



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 1ª Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Volta Redenda no Rio de Janeiro – RJ (01JEF-VR), de 23 a 27/10/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154 e 307 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726 e 14447) e MPF/ES (7760 e 14449), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323 e 14444) e DPU/ES (7755 e 14441), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747 e 14452) e OAB/ES (7748 e 14451), a Advocacia Geral da União – AGU (7744 e 14448) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752 e 14445).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal MARCIO SOLTER, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 3.540 processos eletrônicos, sendo 2.032 suspensos, e 26 processos físicos, sendo 5 suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.

**3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL**

Denominação: 1º Juizado Especial de Volta Redonda – Subseção Judiciária de Volta Redonda (01JEF-VR)

Data de instalação: 28/02/2002

Endereço: Rua José Fulgêncio de Carvalho Neto, nº 38 – 1º andar, Bairro Aterrado, no Município de Volta Redonda – Rio de Janeiro

Distância da Direção do Foro (SJRJ): 130 Km

Juiz Titular: Dr. Marcio Solter, desde 22/6/2017.

Juiz Federal Substituto: Dr^a Michele Menezes da Cunha, desde 11/07/2014

Diretor de Secretaria: Dr. Marcos Cesar Schettini Soares

Competências: 1) Cível
2) Previdenciária

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Março/16	2	8	2	0	12	13
Out/17	0	10	2	0	12	13

O diretor não soube informar a movimentação de servidores nos últimos dois anos, pois foi empossado em junho/2017, junto com o juiz titular, todavia, consignou que trata-se de uma equipe antiga, e sem problemas.



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pelo Diretor MARCOS CESAR SCHETTINI SOARES, nomeado pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores JOSE FRANCISCO DA SILVA e SANDRO DA SILVA BATISTA, e pelo Oficial de Gabinete SERGIO MURILO NEVES DA SILVA, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 81,94% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 5/6/2017 a 9/6/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: redução progressiva/gradual de acervo ativo; controle dos prazos de permanência dos processos nos escaninhos e mesas.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se aos Juizados Especiais Federais as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação) e 5 (Processos de Execução), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. O Diretor afirmou que a unidade atingiu quase a totalidade das metas 2016/CNJ. Os servidores estão familiarizados com as metas 2017/CNJ.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”²

O órgão recebeu, por distribuição, 2.578 processos em 2016 e julgou 2.051, cumprindo 80% da meta nº 1 CNJ/2016.

² A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: *Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9*).



Meta 1 2016	Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
1º Grau	39.200	40.566	1.123	99%
1º Grau / SJRJ	33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES	6.042	6.807	349	94%
Juizado Especial Federal	111.293	131.255	247	85%
JEF / SJRJ	94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES	16.628	21.429	54	78%
Turma Recursal	42.594	39.908	68	107%
TR / SJRJ	33.921	32.669	12	104%
TR / SJES	8.673	7.239	56	121%
Tribunal Regional Federal	41.782	44.815	487	94%
SJRJ	161.744	176.254	979	92%
SJES	31.343	35.475	459	90%
TRU	29	57	0	50%
Total - 2ª Região	234.898	256.601	1.925	92%
01º Juizado Especial Federal de Volta Redonda-RJ	2.051	2.578	10	80%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

Sugere-se incluir a meta nº 1 CNJ/2017 (produtividade) entre os objetivos perseguidos mensalmente, usando as ferramentas de análise disponíveis no Portal de Estatísticas para monitorar seu desempenho.

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

“Identificar e julgar processos mais antigos³: 100% dos distribuídos até 31/12/2012 e 90% dos distribuídos até 31/12/2013”.

Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 100 % dos 1.315 processos-alvo distribuídos até 31/12/2012).

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	0	0	0	0	0	-
Seções Judiciárias	111.513	108.946	2.248	111.194	319	100%
SJRJ	85.991	83.920	1.807	85.727	264	100%
SJES	25.522	25.026	441	25.467	55	100%
Total - 2ª Região	111.513	108.946	2.248	111.194	319	100%
01º Juizado Especial Federal de Volta	1.315	1.307	8	1.315	0	100%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

³ A Garantia fundamental instituída pela Emenda Constitucional n. 45/2004, a razoável duração dos processos é o objetivo da Meta 2, direcionada à redução do estoque de processos pendentes de julgamento, sobretudo os distribuídos há longo tempo.

Para o monitoramento da meta, cada segmento de Justiça define um ou mais períodos de distribuição dos casos ainda não julgados e, com foco em tais processos, adota medidas tendentes a solucioná-los. A exemplo da Meta 1, por julgamento entende-se a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo em cada instância dos tribunais. Vale ressaltar que são considerados também recursos e incidentes processuais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p.19.)

**Quadro relativo à parte (ii) da meta 2**

(julgados 100 % dos 2.304 processos-alvo distribuídos até 31/12/2013).

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	0	0	0	0	0	-
Seções Judiciárias	138.542	134.071	3.775	137.846	696	99%
SJRJ	110.703	107.220	2.950	110.170	533	100%
SJES	27.839	26.851	825	27.676	163	99%
Total - 2ª Região	138.542	134.071	3.775	137.846	696	99%
01º Juizado Especial Federal de Volta	2.304	2.293	11	2.304	0	100%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação)**“Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior”⁴**

O PORTAL não dispõe de relatório específico para acompanhamento da meta nº3 CNJ/2016 por unidade, mas do APOLO se extraem os seguintes dados que indicam o alcance da meta pelo órgão:

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2015: 113

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2016: 188

5.2.4. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)**“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”⁵**

Cumpridos 114% da meta nº 5 CNJ/2016.

⁴ Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25).

⁵ A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SJRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SJES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
Juizado Especial Federal	10.803	37.637	37.703	1.774	430	12.081	97%
JEF / SJRJ	8.788	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SJES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
SJRJ	35.985	54.376	46.682	12.633	10.828	45.484	83%
SJES	10.008	10.220	12.280	2.064	1.395	8.617	113%
Total - 2ª Região	45.993	64.596	58.962	14.697	12.223	54.101	88%
01º Juizado Especial Federal de Volta Redonda	394	1.169	1.347	17	6	227	114%

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2017.

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 5 CNJ/2016:

Processo	Julgado pendente de cumprimento	Data de trânsito em julgado	Mov. regular em 12 meses?*	Último Movim.	Data último Movim.
0020510-41.2016.4.02.5154	Indenização por danos morais e materiais.	25/11/16	sim	Suspensão (art. 134, §3º do CPC)	26/09/17
0138730-32.2015.4.02.5154	Indenização por danos morais.	18/11/16	sim	Juntada.	15/02/17
0009380-88.2015.4.02.5154	Honorários sucumbenciais.	14/09/16	sim	Suspensão por cumprimento de precatório/RPV	13/06/17
0002718-79.2013.4.02.5154	Indenização por danos morais e materiais.	11/10/16	sim	Juntada.	30/01/17
0002141-43.2009.4.02.5154	Recomposição de conta do FGTS.	05/12/16	sim	Juntada.	21/06/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos..

Na análise da amostra aleatória de feito pendentes de encerramento da fase de execução, não se encontrou irregularidade processual, morosidade atribuível à Secretaria ou descumprimento dos prazos fixados na CNCR no trâmite entre o início da execução e o último andamento do feito.

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Produção e classificação de sentenças**

A unidade correccionada produziu 2.412 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017), com média de 201 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	1.708
B1	Homologatória de acordo	279
B2	Repetitiva (padronizada)	146
C	Sem resolução do mérito	279
D1	Penal condenatória	00
D2	Penal absolutória	00
D3	Rejeição de queixa	00
D4	Rejeição de denúncia	00
E1	Extintiva de punibilidade	00
E2	Suspensão condicional da pena	00

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 16/10/2017.

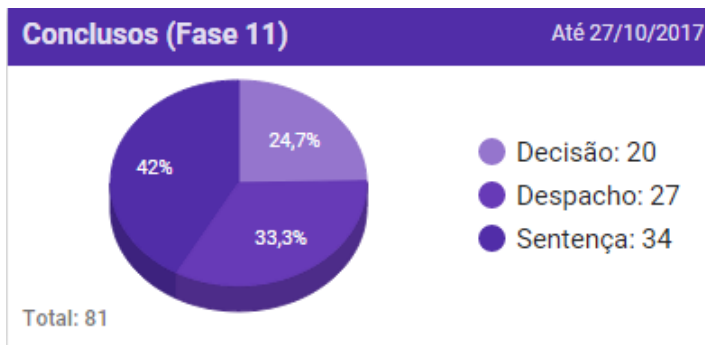
A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0081154- 47.2016.4.02.5154	0075547- 53.2016.4.02.5154	0130586- 98.2017.4.02.5154	0181146- 78.2016.4.02.5154
0085955- 06.2016.4.02.5154	0020221- 30.2017.4.02.5104	0116300- 18.2017.4.02.5154	0142300- 55.2017.4.02.5154
0084477- 16.2016.4.02.5104	0073533- 96.2016.4.02.5154	0092949- 50.2016.4.02.5154	0147152- 78.2017.4.02.5104
0084477- 16.2016.4.02.5104	0061888- 74.2016.4.02.5154	0021833- 47.2017.4.02.5154	0145991- 77.2017.4.02.5154
0084382- 30.2016.4.02.5154	0036698- 75.2017.4.02.5154	0008078- 53.2017.4.02.5154	0144894- 42.2017.4.02.5154

Fonte: PORTAL, acesso em 01/08/2017

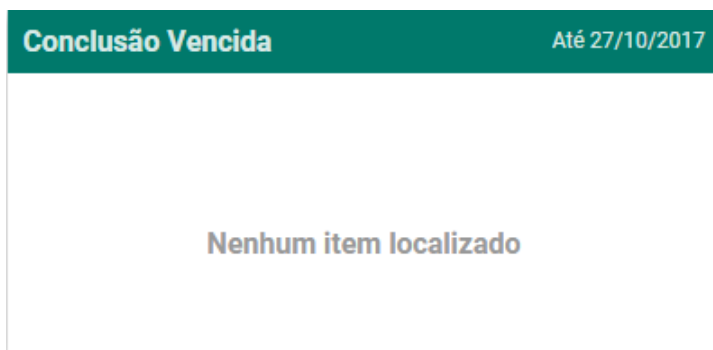


6.2. Acervo concluso



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 27/10/2017

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 27/10/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 21/11/2017) indica não haver processos conclusos para sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR).

6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/10/2016 até 30/09/2017) foram designadas aproximadamente 390 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária no **01JEF-VR – 23 a 27/10/2017**

TRF2
Fls 129



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

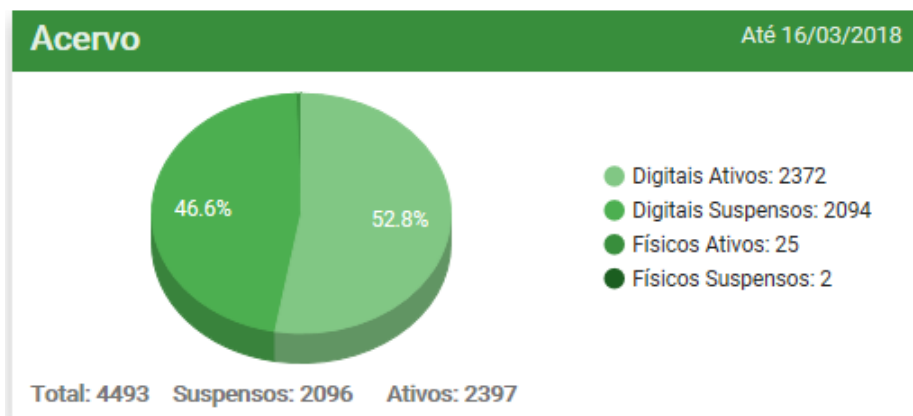
7.1. Acervo da unidade

Mês : Setembro ▾ Vara : 01º Juizado Especial Federal de Volta Redonda ▾

Tipo de Processo ▾

			Eletrônico	Físico	Total		
Medidas Ano Situacao Processo	Processos	2013 Trâmite	2523	34	2557		
		2013 Suspenso	101	10	111		
		2013 Recurso Turma Recurs	1418	46	1464		
		2014 Trâmite	1713	19	1732		
		2014 Suspenso	1499	11	1510		
		2014 Recurso Turma Recurs	1412	21	1433		
		2015 Trâmite	2324	15	2339		
		2015 Suspenso	1740	3	1743		
		2015 Recurso Turma Recurs	1128	20	1148		
		2016 Trâmite	1577	7	1584		
		2016 Suspenso	1963	4	1967		
		2016 Recurso Turma Recurs	1157	22	1179		
		2017 Trâmite	1508	21	1529		
		2017 Suspenso	2032	5	2037		
		2017 Recurso Turma Recurs	968	21	989		
		Total			23063	259	23322

Fonte: PORTAL, acesso em 16/3/2017



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 16/3/2017



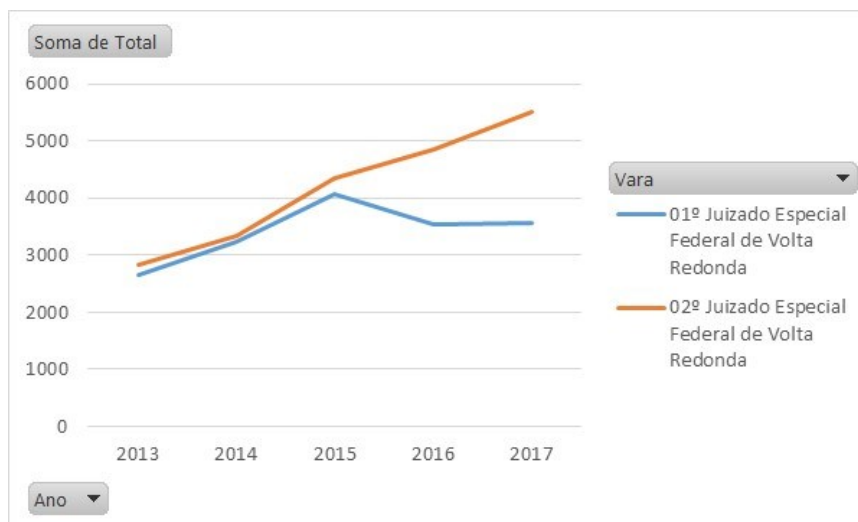
Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

	Correição Ago/2014*	Correição Mar/2016*	Correição Out/2017
Total	4.732	4.722	4.555
Suspensos	1.381	1.822	2.037
Remetidos às Instâncias Superiores para julgar recurso	1.514	1.363	989
Tramitação ajustada	1.837	1.537	1.529

*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas

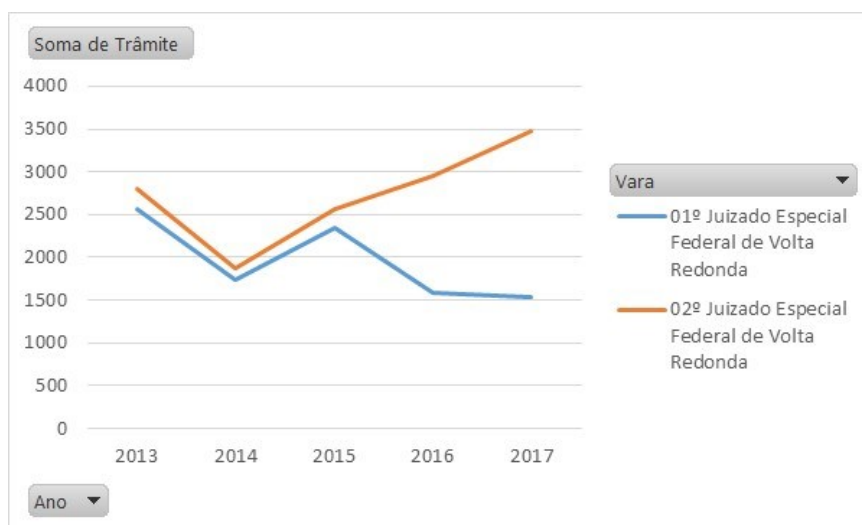
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência

7.2.1. Acervo total



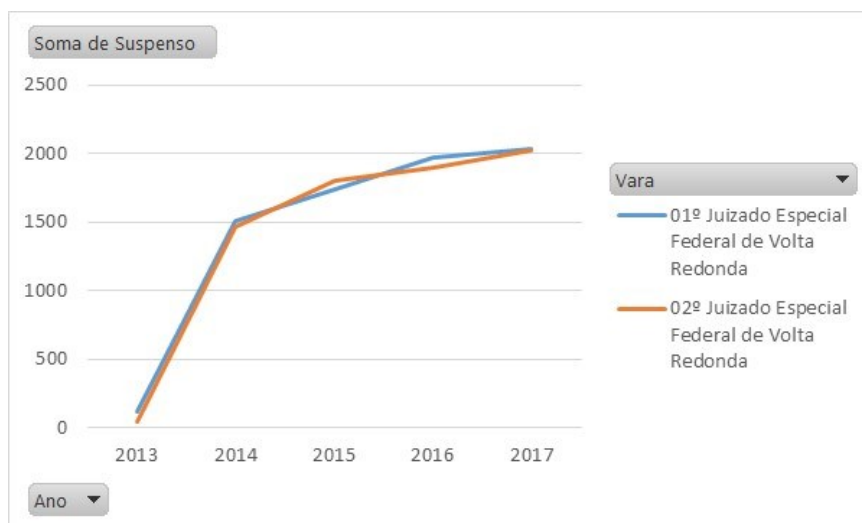
Fonte: APOLO, em 16/3/2018

7.2.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 16/3/2018

7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 16/3/2018

8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

São priorizados os processos com tutela de saúde, e os de idosos. Esses feitos recebem identificadores e são movimentados mais rapidamente. As iniciais, por exemplo, são despachadas em no máximo 72 horas.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

Os despachos e a grande maioria das decisões são minutados na secretaria; apenas as decisões de muita complexidade, que são raras, são elaboradas no apoio ao gabinete. As conclusões para sentença são abertas na secretaria por qualquer servidor, pois todos, exceto um, são processantes. Após, a conclusão, os feitos são encaminhados para o escaninho de triagem do gabinete, e separados pelos servidores do apoio. As conversões em diligência não são comuns.

8.3. Fluxo dos processos após a sentença

Se o processo transita em julgado no próprio JEF, a secretaria certifica o trânsito, cadastrando o movimento 73 do sistema APOLO. Havendo algo a ser executado, inclusive nos processos que retornam da Turma Recursal, a Fase 18 é cadastrada; caso contrário, o processo é baixado.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Área
0190986-78.2017.4.02.5154 - Local:5401)2017.3000.967338-0		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela int		23/10/2017 11:45	PETWEB		
0167755-22.2017.4.02.5154 - Local:5401)2017.3000.967432-7		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela int		23/10/2017 11:53	PETWEB		
0140338-94.2017.4.02.5154 - Local:5401)2017.3020.172537-6		Novo Documento Cadastrado - Petição Geral		23/10/2017 11:53	WEBSESV		
0500404-64.2017.4.02.5154 - Local:5401)2017.3000.967895-8		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela int		23/10/2017 12:17	PETWEB		
0105183-30.2017.4.02.5154 - Local:5401)2017.3000.967899-3		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela int		23/10/2017 12:42	PETWEB		
0500075-78.2017.4.02.5154 - Local:5401)MAN.5401.001606-2/201		DEVOLVIDO COM RESULTADO		23/10/2017 12:46	JRJSBN		
0500217-56.2017.4.02.5154 - Local:5401)MAN.5401.001693-9/201	SANTA CLARA - RUA R	DEVOLVIDO COM RESULTADO		23/10/2017 12:47	JRJSBN		
0153148-04.2017.4.02.5154 - Local:5401)2017.3000.968010-6		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela int		23/10/2017 12:57	PETWEB		
0192752-69.2017.4.02.5154 - Local:5401)2017.3000.968326-1		Novo Documento Cadastrado		23/10/2017 13:31	PETWEB		
0115467-97.2017.4.02.5154 - Local:5401)MAN.5401.001405-2/201		DEVOLVIDO COM RESULTADO		23/10/2017 13:46	JRIMMY		
0188185-80.2017.4.02.5154 - Local:5401)MAN.5401.001416-0/201		DEVOLVIDO COM RESULTADO		23/10/2017 13:53	JRIMMY		
0188512-37.2017.4.02.5154 - Local:5401)2017.3000.968555-8		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela int		23/10/2017 14:01	PETWEB		
0159302-91.2017.4.02.5104 - Local:5401)2017.3000.968552-3		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela int		23/10/2017 14:01	PETWEB		
0500249-61.2017.4.02.5154 - Local:5401)MAN.5401.001348-8/201		DEVOLVIDO COM RESULTADO		23/10/2017 14:01	JRIMMY		
0500342-24.2017.4.02.5154 - Local:5401)MAN.5401.001468-8/201	ROSELÂNDIA - RUA JO	DEVOLVIDO COM RESULTADO		23/10/2017 14:03	JRIMMY		
0157819-70.2017.4.02.5154 - Local:5401)MAN.5401.001409-0/201		DEVOLVIDO COM RESULTADO		23/10/2017 14:18	JRIMMY		
0161235-46.2017.4.02.5154 - Local:5401)2017.3000.968751-8		Novo Documento Cadastrado - Petição cadastrada pela int		23/10/2017 14:20	PETWEB		

No dia 23/10/2017, às 15:21h, existiam 23 processos sendo o mais antigo o de 23/10/2017, sob o n° 01909867820174025154 aguardando movimentação cartorária, inspecionados os mais antigos:

Data de entrada	Número	Classe/Natureza	Observação
23/10/17	01909867820174025154	51002	Aposentadoria por idade - rural
23/10/17	01677552220174025154	51002	Conversão de tempo de serviço
23/10/17	05004046420174025154	51002	Aposentadoria por invalidez
23/10/17	01051833020174025154	51001	Dano moral e/ou material
23/10/17	01531480420174025154	51002	Aposentadoria por invalidez

9.2. Processos em segredo de justiça

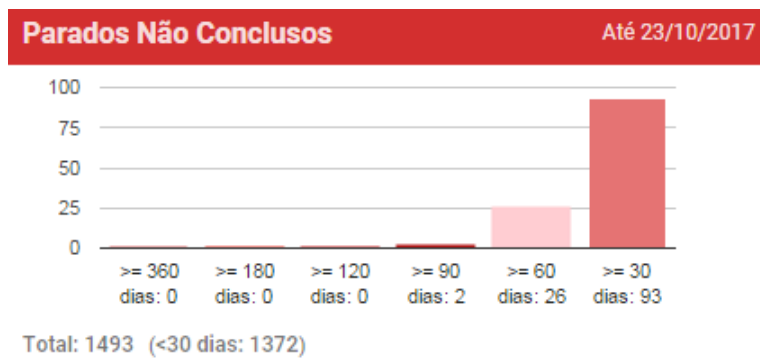


Posição em	04/10/2017
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	1
Documento	0
Total Geral	1

Fonte: PORTAL, acesso em 4/10/2017

Número	Classe	Tipo de segredo	Fls. da decisão de segredo	Observação
0131233-93.2017.4.02.5154	51002	sistema	45	---

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 23/10/2017

Estão sem movimentação, além dos prazos fixados na CNCR, 121 processos, equivalentes a 7,91% do acervo com tramitação ativa.

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0002326-57.2004.4.02.5154	51002	não	Juntada.	125	01/06/17



0004935-47.2003.4.02.5154	51002	não	Devolução de remessa.	124	02/06/17
0009525-67.2003.4.02.5154	51002	não	Devolução de remessa.	124	02/06/17
0122023-18.2017.4.02.5154	51002	não	Devolução de remessa.	103	23/06/17
0124786-45.2017.4.02.5104	51002	não	Devolução de remessa.	103	23/06/17
0125352-38.2017.4.02.5154	51002	não	Devolução de remessa.	103	23/06/17
0125499-64.2017.4.02.5154	51002	não	Devolução de remessa.	103	23/06/17
0128245-55.2017.4.02.5104	51002	não	Devolução de remessa.	103	23/06/17
0129279-12.2017.4.02.5154	51002	não	Juntada.	112	14/06/17
0129355-36.2017.4.02.5154	51002	não	Juntada.	112	14/06/17

Sugere-se identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecidos na CNCR (art. 228).

9.4. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

Total Geral de Boletins Gerados	Período	10/2016 a 30/2017
	Processos	3.165
	Boletins	32
	Média (Proc. / Bol.)	98,91
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	8,22

Fonte: PORTAL, acesso em 23/10/2017

9.5. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para o cálculo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)⁶.

Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada possui 22 feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

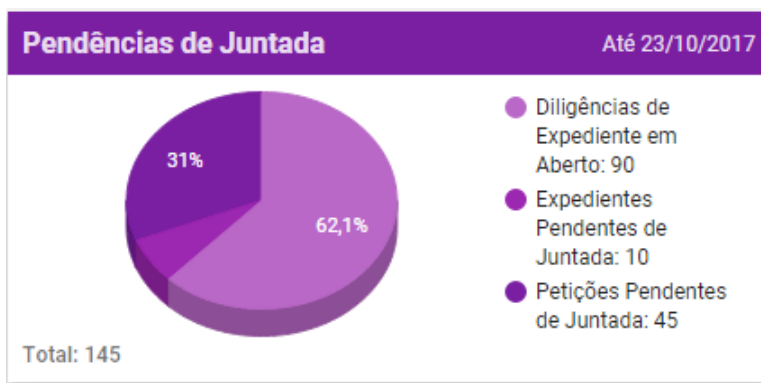
Ano : 2017		Mês : Outubro				
		Vara	Execução de Sentença - Fase 18	Requisição Valor		
Medidas		01º Juízo do Especial Federal de Volta Redonda				
Situação Processo		Informada	Não Informada	Total		
		Sim	Sim			
Processos	Trâmite	141	22	163		
	Suspensão	20		20		
	Total	161	22	183		

Fonte: PORTAL, acesso em 23/10/2017

Sugere-se estabelecer rotinas na Secretaria para anotação precisa do início do cumprimento do julgado no sistema APOLO (movimento 18).

9.6. Documentos pendentes de juntada

⁶ O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.



Fonte: PAINEL, acesso em 16/11/2017

Inspeccionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguarda juntar	Local do processo
25/04/05	2005.7162.071522-6	0011889-12.2003.4.02.5154	Sem descrição	4564	Arquivo geral
10/05/11	2011.5401.000054-6	0005339-30.2005.4.02.5154	Sem descrição	2358	Arquivo geral
07/07/11	2011.5401.000161-5	0006534-50.2005.4.02.5154	Sem descrição	2306	Arquivo geral
29/08/12	2012.7451.020475-1	0002660-23.2006.4.02.5154	Sem descrição	1881	Arquivo geral
01/02/13	2013.5401.000054-4	0006512-89.2005.4.02.5154	Sem descrição	1725	Arquivo geral

Sugere-se regularizar os processos com petições aguardando juntada.

9.7. Expedientes para cumprimento de ordem judicial

Ano : 2017 Mês : Outubro Vara : 01º Juizado Especial Federal de Volta Redonda Situação Processo : Trâmite Conducos : não concluso

Data Último Movimento

Medidas	<Drop columns here>
Último Movimento	<Drop rows here>
Complemento Fase	

Analisados os processos cujo último despacho, decisão ou sentença foi proferida há mais de 30 dias contados do encerramento do mês anterior à Correição, não há processos sem o movimentação pela Secretaria.

TRF2
Fls 139

9.8. Remessa externa

Constam 17 processos físicos com prazos de remessa externa vencidos:

Ano : 2017	Mês : Setembro	Vara : 01º Juizado Especial Federal de Volta Redonda	Localização Atual : Externo	Situação Processo : Trâmite
Medidas		Data Último Movimento		
Tipo de Processo	Processos			
Último Movimento	2017			Total
Complemento Fase	Físico	Remessa, Cargo	Autor	
	Total	16	1	17

Inspecionados os processos com remessa externa mais antiga, excluídos Inquéritos Policiais e Peças de Informação, que tramitam diretamente entre o MPF e a Polícia Federal (art. 236, CNCR):

Processos inspecionados

Processo	Classe	Carga ao(à)	Data da remessa	Observação
0001819-33.2003.4.02.5154	51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA	autor	16/08/17	Processo devolvido em 17/10/17
0001911-11.2003.4.02.5154	51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA	autor	16/08/17	Processo devolvido em 17/10/17
0002108-63.2003.4.02.5154	51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA	autor	16/08/17	Processo devolvido em 16/10/17
0002401-33.2003.4.02.5154	51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA	autor	16/08/17	Processo devolvido em 17/10/17
0002670-72.2003.4.02.5154	51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA	autor	16/08/17	Processo devolvido em 17/10/17



10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

Contudo, na estatística extraída do APOLO, não há processos em trâmite no órgão correccionado nessas classes ou situações específicas e, no PORTAL, inexistente anotação de réus presos nas ações vinculadas ao Juízo.



11. PROCESSOS SUSPENSOS

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico, anotando a data do término, conforme os exemplos a seguir:

Local Virtual	Nº de Processos
SUSPENSOS FGTS (TR)	1.947
SUSPENSOS OUTROS	31
SUSPENSOS POUPANÇAS	63

Nos casos de Recursos repetitivos ou Repercussão Geral, é realizada a vinculação dos feitos ao processo-paradigma na ferramenta disponível no APOLO, cabendo ao Diretor o controle do julgamento dos processos paradigmas. Há um servidor específico responsável pela verificação trimestral do acervo suspenso para identificar processos com prazos vencidos.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
0010151-95.2017.4.02.5154	REsp 1.614.874/SC.	Suspenso em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 10/02/17.
0160481-41.2016.4.02.5154	REsp 1.614.874/SC.	Suspenso em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 10/02/17.
0003138-98.2017.4.02.5104	REsp 1.614.874/SC.	Suspenso em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 15/02/17.
0003149-30.2017.4.02.5104	REsp 1.614.874/SC.	Suspenso em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR), desde 15/02/17.
0003164-96.2017.4.02.5104	REsp 1.614.874/SC.	Suspenso em decorrência do paradigma (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR),



		desde 15/02/17.
--	--	-----------------

Processo	Motivo da Suspensão	Data da suspensão	Situação
0089839-43.2016.4.02.5154	Aguarda decisão de Instância Superior	28/07/16	Processo suspenso em decorrência do paradigma REsp 1.381.683 – PE (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR).
0085015-41.2016.4.02.5154	Aguarda decisão de Instância Superior	28/07/16	Processo suspenso em decorrência do paradigma REsp 1.381.683 – PE (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR).
0097705-05.2016.4.02.5154	Aguarda decisão de Instância Superior	01/08/16	Processo suspenso em decorrência do paradigma REsp 1.381.683 – PE (substituição da correção de saldos de FGTS por outros índices que não a TR).
0500209-16.2016.4.02.5154	Outros – Fase de Conhecimento	29/06/17	Processo suspenso por 6 meses.
0118556-31.2017.4.02.5154	Outros – Fase de Conhecimento	27/09/17	Processo suspenso por 90 dias.

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

Sugestão da equipe: uniformizar a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos Repetivos ou Repercussão Geral.

**12. RPVs E PRECATÓRIOS**

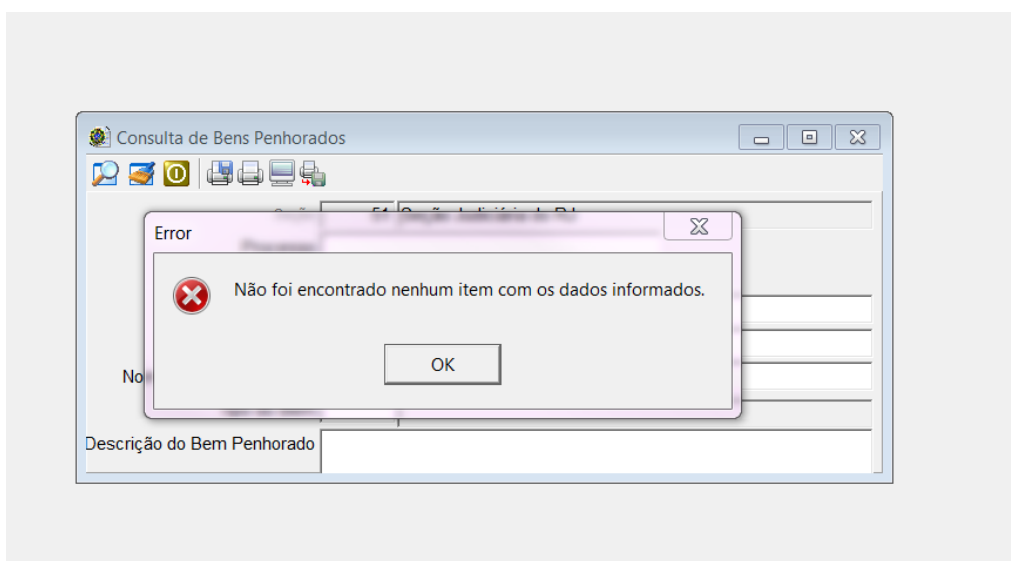
A unidade correccionada enviou 11 precatórios e 1.849 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017). Constatam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 01 precatórios e 185 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
0139752-57.2017.4.02.5154	RPV	28/09/17	06/10/17	Processo baixado, em 13/10/17.
0111192-61.2017.4.02.5104	RPV	26/09/17	25/10/17	Último movimento: intimação de ato ordinatório, em 26/10/17.
0105138-26.2017.4.02.5154	RPV	14/09/17	06/10/17	Processo baixado, em 13/10/17.
0500144-84.2017.4.02.5154	RPV	20/09/17	10/10/17	Último movimento: Devolução de remessa, em 22/09/17.
0104132-81.2017.4.02.5154	RPV	25/09/17	19/10/17	Processo baixado, em 24/10/17.

13. BENS PENHORADOS

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 03/10/2017, não encontrou nenhum item com dados pertinente à penhora de feito em curso no 1º JEF de Volta Redonda.



**14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Os processos abaixo em que há bens acautelados versam sobre pedido de indenização em face da Caixa Econômica Federal, tendo em vista indevida retirada de valores em conta corrente, e o último sobre reversão de benefício previdenciário. Assim, passo analisar:

00004285720144025154

Data acautelamento: 24/03/2014

Objeto acautelado: Cheque n.º 000120, conta corrente n.º 03001622-9, da Caixa Econômica, agência 4018, com valor em branco, correntista Vilma M. dos santos Comercio e CO, CNPJ 08.663.743/0001-53

Localização: EDILAR CAETANO PINHEIRO - RUA JOSE FULGENCIO 38

Baixa:26/01/2015

00037797220134025154

Data acautelamento: 14/10/2014

Objeto acautelado: Cheque 900008, série AAA, c/c 01023035-0, CEF, Ag 1504, em branco, em nome de Felipe Braga Franco. Documento acautelado pelo autor em cumprimento ao despacho de fl. 49.

Localização: Devolvido ao autor em 09/07/2015. Certidão à fl. 83 dos autos.

Baixa: 09/07/2015

00052360820144025154

Data acautelamento: 06/11/2014



JUSTIÇA
FEDERAL TRF2

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária no **01JEF-VR – 23 a 27/10/2017**

Objeto acautelado: Cheque de n.º 900022, em branco, da Caixa Econômica Federal, agência 1504, conta corrente 01006579-0, correntista ANA PAULA QUEIROZ DE OLIVEIRA

TRF2
Fls 146

Localização: Devolvido, conforme certidão de fl. 53 dos autos

Baixa: 23/07/2015

00058022020154025154

Data: 26/05/2015

Objeto acautelado: CHEQUE Nº 400023, CONTA CORRENTE 749436-4, AGÊNCIA 0339, UNIBANCO, CORRENTISTA NELSON LUIZ TAMIOZZO PEREIRA, VALOR R\$ 128,00 (CENTO E VINTE E OITO REAIS).

Localização: ROSÂNGELA FARIA DE OLIVEIRA - VOLTA REDONDA/RJ

Baixa: 24/08/2016

**15. LIVROS E PASTAS**

O órgão correccionado dispõe de 6 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

	Abertura	Finalidade na capa	Número de ordem na lombada	Folhas numeradas e rubricadas
Livro de ponto dos servidores	Sim	Sim	Não	Não estão rubricadas
Livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do juízo	Sim	Sim	Não	Nem todas as folhas estão rubricadas
Livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio	Sim	Não	Não	Nem todas as folhas estão numeradas e rubricadas
Livro de entrega de autos às partes sem traslado	Sim	Não	Não	Sim
Livro de carga ao Ministério Público	Sim	Não	Não	Nem todas as folhas estão numeradas e rubricadas
Livro de Reclamações	Sim	Sim	Sim	Sim

Obs¹: Art. 149. Garantidas a autenticidade, a segurança e a inalterabilidade, adotam-se as seguintes pastas eletrônicas obrigatórias, cujos dados e documentos serão gerenciados pelo sistema de acompanhamento processual: I – pasta de mandados; II – pasta de ofícios; III – pasta de alvarás; IV – pasta de relatórios de inspeções; V – pasta de atas de audiências; VI – pasta de mandados de prisão; VII – pasta de sentenças.

Obs²: Extinto livro de rol de culpados: Provimento 00010/CR-TRF2, de 16.09.201

Sugere-se registrar a finalidade na capa dos Livros de carga, bem como numerar e rubricar todas as folhas dos livros obrigatórios.



16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

O 1º Juizado Especial Federal de Volta Redonda está localizado Rua José Fulgêncio de Carvalho Neto, nº 38 – 1º andar, Bairro Aterrado, no Município de Volta Redonda – Rio de Janeiro, com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados. O balcão de atendimento ao público externo é acessível, com mural para orientação do público.

A sala da Secretaria da Vara é adequada e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido, em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras são apropriadas, mas não atendem ao padrão adotado pela Justiça Federal, especialmente no que diz respeito à ergonomia. Existe uma pequena copa na secretaria e, uma grande copa da Subseção Judiciária para refeições, no 2º andar do prédio.

Os aparelhos de ar-condicionado dos Gabinetes dos Juizes e da Secretaria refrigeram satisfatoriamente o ambiente.

Foi informado à equipe de correição que o serviço de informática só consegue atender às demandas canibalizando equipamentos. A reclamação sobre a falta de *mouses* que funcionem é recorrente em todos os juízos da Subseção Judiciária. A velocidade da conexão de dados aferida foi de 16.26Mb/seg (navegando) à taxa de transferência de 2.03MB/Seg.

Sugere-se instar a direção do Foro para providenciar um serviço de informática que atenda as necessidades da Subseção Judiciária, notadamente, no que diz respeito aos periféricos.



17. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR

As recomendações feitas na correição anterior, foram cumpridas, conforme Ofício JFRJ-OFI-2016/05200:

1. *Buscar o cumprimento das Metas 2 e 5 do CNJ:* o Juízo informou a adoção de ações para priorizar os processos incluídos na Meta 2 do CNJ, apresentando a situação da movimentação atualizada dos processos analisados no relatório da Correição 2015. Tocante à Meta 5, esclareceu que, apesar dos esforços, a Seção de Contadoria da Subseção de Volta Redonda atingiu o limite de sua capacidade produtiva, fazendo com que os processos encaminhados para cálculo tenham um prazo maior de retorno, cerca de 90 dias.
2. *Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo ‘tipo’, no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão:* implementadas medidas para correta classificação das sentenças no corpo do texto.
3. *Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo:* O Juízo não detectou processos sem o correto lançamento da referida fase 18 e apontou que eventuais omissões detectadas no relatório da Correição 2015 devem-se apenas ao momento em que os dados foram coletados, por exemplo no momento em que a fase porventura ainda estivesse em processo de lançamento.
4. *Reorganizar o registro do “tipo de intimação” das sentenças prolatadas, constantes no mapa de intimados do Sistema Processual Apolo, para evitar nomes distintos para o mesmo registro:* O Juízo informou que o relatório de recomendações não menciona as épocas em que foram lançadas as nomenclaturas díspares. Todavia, ao que tudo indica, essa duplicidade de textos não pode ser imputada ao Juízo, mas à modificação ocorrida no Sistema Apolo (versão 1.1.276.0 do Apolo, divulgada no e-mail institucional em 07/01/2016), que alterou os códigos a serem inseridos no campo tipo de sentença e também alterou os textos correspondentes. Os textos são padronizados pelo sistema Apolo e não há possibilidade de cada Juízo usar nomenclaturas diversas. Bem assim, desde a modificação, o sistema Apolo não aceita mais os códigos antigos. Houve substituição e não há mais possibilidade de duplicidade. Desse modo, desde 01/07/2016, já há uniformidade dos textos.

18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária no **01JEF-VR – 23 a 27/10/2017**

TRF2
Fls 150



19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

1. incluir a meta nº 1 CNJ/2017 (produtividade) entre os objetivos perseguidos mensalmente, usando as ferramentas de análise disponíveis no Portal de Estatísticas para monitorar seu desempenho;
2. identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecidos na CNCR (art. 228);
3. estabelecer rotinas na Secretaria para anotação precisa do início do cumprimento do julgado no sistema APOLO (movimento 18);
4. regularizar os processos com petições aguardando juntada;
5. uniformizar a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos Repetitivos ou Repercussão Geral;
6. registrar a finalidade na capa dos Livros de carga, bem como numerar e rubricar todas as folhas dos livros obrigatórios;
7. instar a direção do Foro para providenciar um serviço de informática que atenda as necessidades da Subseção Judiciária, notadamente, no que diz respeito aos periféricos.



20. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional RENAN GIUSTI BARBOSA, JOSE VICENTE BENEVENUTI, CARLOS CESAR DE SOUZA DINIZ, MARCOS AUGUSTO RODRIGUES GUILAM, ANDRE LUIZ SANTOS AMARAL e FREDERICO LOURENÇO RIBEIRO, revisado por Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018.

FABIO ALDROVANDO
Assessor Judiciário